

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ITAPISSUMA – ESTADO DE PERNAMBUCO, no uso das atribuições institucionais que lhe são conferidas em função do cargo e respaldado nos preceitos da Lei Orgânica do Município e demais disposições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

EMENTA - DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA DO MUNICÍPIO DE ITAPISSUMA PARA O EXERCÍCIO DE 2021, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Artigo 1º - O Orçamento do Município de Itapissuma, Estado de Pernambuco, para o exercício de 2021 será elaborado e executado observando as diretrizes, objetivos, prioridades e metas estabelecidas nesta lei, compreendendo:

- I.as Metas Fiscais;
- II.as Prioridades da Administração Municipal;
- III.a Estrutura dos Orçamentos;
- IV.as Diretrizes para a Elaboração do Orçamento do Município;
- V.as Disposições sobre a Dívida Pública Municipal;
- VI.as Disposições sobre Despesas com Pessoal;
- VII.as Disposições sobre Alterações na Legislação Tributária; e
- VIII.Disposições Gerais.

I - DAS METAS FISCAIS

Artigo 2º - Em cumprimento ao estabelecido no artigo 4º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, as metas fiscais de receitas, despesas, resultado primário, nominal e montante da dívida pública para o exercício de 2021, estão identificados nos Demonstrativos desta Lei, em conformidade com a Portaria STN nº 286, de 7 de maio de 2019.

Artigo 3º - A Lei Orçamentária Anual abrangerá as Entidades da Administração Direta, Indireta constituídas pelas Autarquias, Fundações, Fundos, Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista que recebem recursos do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social.

Artigo 4º - O Anexo de Riscos Fiscais, § 3º do art. 4º da LRF, obedece às determinações do MANUAL DE DEMONSTRATIVOS FISCAIS DA PORTARIA Nº 286, de 7 de maio de 2019-STN, 10ª Edição do Manual de Elaboração válida para 2020.

Artigo 5º - Os Anexos de Riscos Fiscais e Metas Fiscais desta Lei, constituem-se dos seguintes:

01.00.00 PARTE I ANEXO DE RISCOS FISCAIS.

01.01.00 DEMONSTRATIVO DE RISCOS FISCAIS E PROVIDÊNCIAS.

02.00.00 PARTE II ANEXO DE METAS FISCAIS

02.01.00 DEMONSTRATIVO 1 - METAS ANUAIS.

02.02.00 DEMONSTRATIVO 2 - AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR.

02.03.00 DEMONSTRATIVO 3 - METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES.

02.04.00 DEMONSTRATIVO 4 - EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO.

02.05.00 DEMONSTRATIVO 5 - ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM A ALIENAÇÃO DE ATIVOS.

02.06.00 DEMONSTRATIVO 6 - AVALIAÇÃO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA E ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES.

02.07.00 DEMONSTRATIVO 7 - ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DE RECEITA.

02.08.00 DEMONSTRATIVO 8 - MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATÓRIAS DE CARÁTER CONTINUADO.

Parágrafo Único - Os Demonstrativos referidos neste artigo, serão apurados em cada Unidade Gestora e a sua consolidação constituirá nas Metas Fiscais do Município.

RISCOS FISCAIS E PROVIDÊNCIAS

Artigo 6º - Em cumprimento ao § 3º do Art. 4º da LRF a Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO 2021, deverá conter o Anexo de Riscos Fiscais e Providências.

METAS ANUAIS

Artigo 7º - Em cumprimento ao § 1º, do art. 4º, da Lei de Complementar nº 101/2000, o Demonstrativo 1- Metas Anuais, será elaborado em valores Correntes e Constantes, relativos à Receitas, Despesas, Resultado Primário e Nominal e Montante da Dívida Pública, para o Exercício de Referência 2021 e para os dois seguintes.

§ 1º - Os valores correntes dos exercícios de 2021, 2022 e 2023 deverão levar em conta a previsão de aumento ou redução das despesas de caráter continuado, resultantes da concessão de aumento salarial, incremento de programas ou atividades incentivadas, inclusão ou eliminação de programas, projetos ou atividades. Os valores constantes, utilizam o parâmetro do Índice Oficial de Inflação Anual, dentre os sugeridos pela Portaria STN nº 286, de 7 de maio de 2019.

§ 2º - Os valores da coluna "% PIB", são calculados mediante a aplicação do cálculo dos valores correntes, divididos pelo PIB Estadual, multiplicados por 100.

§ 3º - Em cumprimento ao estabelecido na Portaria STN nº 286, de 7 de maio de 2019, as METAS ANUAIS DA LDO 2021, contam com o cálculo do percentual em relação à Receita Corrente Líquida do respectivo Estado da Federação.

AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR

Artigo 8º - Atendendo ao disposto no § 2º, inciso I, do Art. 4º da LRF, o Demonstrativo 2 - Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício Anterior, tem como finalidade estabelecer um comparativo entre as metas fixadas e o resultado obtido no exercício orçamentário anterior, de Receitas, Despesas, Resultado Primário e Nominal, Dívida Pública Consolidada e Dívida Consolidada Líquida, incluindo análise dos fatores determinantes do alcance ou não dos valores estabelecidos como metas.

Parágrafo único - Em cumprimento ao estabelecido na Portaria STN nº 286, de 7 de maio de 2019, as METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR da LDO 2021, passam a conter o cálculo do percentual em relação à Receita Corrente Líquida do respectivo Estado da Federação.

METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES

Artigo 9º - De acordo com o § 2º, item II, do Art. 4º da LRF, o Demonstrativo 3 - Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Fixadas nos Três Exercícios Anteriores, de Receitas, Despesas, Resultado Primário e Nominal, Dívida Pública Consolidada e Dívida Consolidada Líquida, deverão estar instruídos com memória e metodologia de cálculo que justifiquem os resultados pretendidos, comparando-as com as fixadas nos três exercícios anteriores e evidenciando a consistência delas com as premissas e os objetivos da Política Econômica Nacional.

Parágrafo Único - Objetivando maior consistência e subsídio às análises, os valores devem ser demonstrados em valores correntes e constantes, utilizando-se os mesmos índices já comentados no Demonstrativo 1.

EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Artigo 10 - Em obediência ao § 2º, inciso III, do Art. 4º da LRF, o Demonstrativo 4 - Evolução do Patrimônio Líquido, deve traduzir as variações do Patrimônio de cada Ente do Município e sua Consolidação.

Parágrafo Único - O Demonstrativo apresentará em separado a situação do Patrimônio Líquido do Regime Previdenciário.

ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM A ALIENAÇÃO DE ATIVOS

Artigo 11 - O § 2º, inciso III, do Art. 4º da LRF, que trata da Evolução do Patrimônio Líquido, estabelece também, que os recursos obtidos com a alienação de ativos que integram o referido patrimônio, devem ser reaplicados em despesas de capital, salvo se destinada por lei aos regimes de previdência social, geral ou próprio dos servidores públicos. O Demonstrativo 5 - Origem e Aplicação dos Recursos Obtidos com a Alienação de Ativos, deve estabelecer de onde foram obtidos os recursos e onde foram aplicados.

Parágrafo Único - O Demonstrativo apresentará em separado a situação do Patrimônio Líquido do Regime Previdenciário.

AVALIAÇÃO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA E ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DA PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS

Artigo 12 - Em razão do que está estabelecido no § 2º, inciso IV, alínea "a", do Art. 4º, da LRF, o Anexo de Metas Fiscais integrante da Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO, deverá conter a avaliação da situação financeira e atuarial do regime próprio dos servidores municipais, nos três últimos exercícios. O Demonstrativo 6 - Avaliação da Situação Financeira e Atuarial do Regime Próprio de Previdência dos Servidores Públicos, seguindo o modelo da Portaria STN nº 286, de 7 de maio de 2019, estabelece um comparativo de Receitas e Despesas Previdenciárias, terminando por apurar o Resultado Previdenciário e a Disponibilidade Financeira do RPPS.

ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DE RECEITA

Artigo 13 - Conforme estabelecido no § 2º, inciso V, do Art. 4º, da LRF, o Anexo de Metas Fiscais deverá conter um demonstrativo que indique a natureza da renúncia fiscal e sua compensação, de maneira a propiciar o equilíbrio das contas públicas.

§ 1º - A renúncia compreende incentivos fiscais, anistia, remissão, subsídio, crédito presumido, etc.

§ 2º - A compensação será acompanhada de medidas provenientes do aumento da receita, elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição.

MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATÓRIAS DE CARÁTER CONTINUADO.

Artigo 14 - O Art. 17, da LRF, considera obrigatória de caráter continuado a despesa corrente derivada de lei, medida provisória ou ato administrativo normativo que fixem para o ente obrigação legal de sua execução por um período superior a dois exercícios.

Parágrafo Único - O Demonstrativo 8 - Margem de Expansão das Despesas de Caráter Continuado, destina-se a permitir possível inclusão de eventuais programas, projetos ou atividades que venham caracterizar a criação de despesas de caráter continuado.

MEMÓRIA E METODOLOGIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS DE RECEITAS, DESPESAS, RESULTADO PRIMÁRIO, RESULTADO NOMINAL E MONTANTE DA DÍVIDA PÚBLICA.

METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS DAS RECEITAS E DESPESAS.

Artigo 15 - O § 2º, inciso II, do Art. 4º, da LRF, determina que o demonstrativo de Metas Anuais seja instruído com memória e metodologia de cálculo que justifiquem os resultados pretendidos, comparando-as com as fixadas nos três exercícios anteriores, e evidenciando a consistência delas com as premissas e os objetivos da política econômica nacional.

Parágrafo Único - De conformidade com a Portaria STN nº 286, de 7 de maio de 2019, a base de dados da receita e da despesa constitui-se dos valores arrecadados na receita realizada e na despesa executada nos três exercícios anteriores e das previsões para 2021, 2022 e 2023.

METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS DOS RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL.

Artigo 16 - A finalidade do conceito de Resultado Primário é indicar se os níveis de gastos orçamentários, são compatíveis com sua arrecadação, ou seja, se as receitas não-financeiras são capazes de suportar as despesas não-financeiras.

Artigo 17 - O cálculo do Resultado Nominal, deverá obedecer a metodologia determinada pelo Governo Federal, com regulamentação pela STN

§ 1º - O cálculo da Meta de Resultado Primário deverá obedecer à metodologia estabelecida pelo Governo Federal, através das Portarias expedidas pela STN - Secretaria do Tesouro Nacional, e às normas da contabilidade pública.

§ 2º - O cálculo das Metas Anuais do Resultado Nominal, deverá levar em conta a Dívida Consolidada, da qual deverá ser deduzido o Ativo Disponível, mais Haveres Financeiros menos Restos a Pagar Processados, que resultará na Dívida Consolidada Líquida, que somada às Receitas de Privatizações e deduzidos os Passivos Reconhecidos, resultará na Dívida Fiscal Líquida.

§ 3º - A unificação dos Demonstrativos de Resultados Primário e Nominal, obedeceram às determinações da Portaria STN Nº 495/2017 e o modelo de relatório da Portaria STN nº 286, de 7 de maio de 2019.

METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS DO MONTANTE DA DÍVIDA PÚBLICA.

Artigo 18 - Dívida Pública é o montante das obrigações assumidas pelo ente da Federação. Esta é representada pela emissão de títulos, operações de créditos e precatórios judiciais.

Parágrafo Único - Utiliza a base de dados de Balanços e Balancetes para sua elaboração, constituída dos valores apurados nos exercícios anteriores e da projeção dos valores para 2021, 2022 e 2023.

II - DAS PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

Artigo 19 - As prioridades e metas da Administração Municipal para o exercício financeiro de 2021, estão definidas e demonstradas no Plano Plurianual de 2018 a 2021, compatíveis com os objetivos e normas estabelecidas nesta lei.

§ 1º - Os recursos estimados na Lei Orçamentária para 2021 serão destinados, preferencialmente, para as prioridades e metas estabelecidas nos

Anexos do Plano Plurianual não se constituindo, todavia, em limite à programação das despesas.

§ 2º - Na elaboração da proposta orçamentária para 2021, o Poder Executivo poderá aumentar ou diminuir as metas físicas estabelecidas nesta Lei, a fim de compatibilizar a despesa orçada à receita estimada, de forma a preservar o equilíbrio das contas públicas.

III - DA ESTRUTURA DOS ORÇAMENTOS

Artigo 20 - O orçamento para o exercício financeiro de 2021 abrangerá os Poderes Legislativo e Executivo, Fundações, Fundos, Empresas Públicas e Outras, que recebam recursos do Tesouro e da Seguridade Social e será estruturado em conformidade com a Estrutura Organizacional estabelecida em cada Entidade da Administração Municipal.

Artigo 21 - A Lei Orçamentária para 2021 evidenciará as Receitas e Despesas de cada uma das Unidades Gestoras, especificando aqueles vínculos a Fundos, Autarquias, e aos Orçamentos Fiscais e da Seguridade Social, desdobradas as despesas por função, sub-função, programa, projeto, atividade ou operações especiais e, quanto a sua natureza, por categoria econômica, grupo de natureza de despesa e modalidade de aplicação, tudo em conformidade com as Portarias SOF/STN 42/1999 e 163/2001 e alterações posteriores, as quais deverão conter os Anexos exigidos nas Portarias da Secretaria do Tesouro Nacional - STN.

Artigo 22 - A Mensagem de Encaminhamento da Proposta Orçamentária de que trata o art. 22, Parágrafo Único, inciso I da Lei 4.320/1964, conterà todos os Anexos exigidos na legislação vigente.

IV - DAS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO

Artigo 23 - O Orçamento para exercício de 2021 obedecerá entre outros, ao princípio da transparência e do equilíbrio entre receitas e despesas,

abrangendo os Poderes Legislativo e Executivo, Fundações, Fundos, Empresas Públicas e Outras (arts. 1º, § 1º 4º I, "a" e 48 LRF).

Artigo 24 - Os estudos para definição dos Orçamentos da Receita para 2021 deverão observar os efeitos da alteração da legislação tributária, incentivos fiscais autorizados, a inflação do período, o crescimento econômico, a ampliação da base de cálculo dos tributos e a sua evolução nos últimos três exercícios e a projeção para os dois seguintes (art. 12 da LRF).

Parágrafo Único - Até 30 dias antes do prazo para encaminhamento da Proposta Orçamentária ao Poder Legislativo, o Poder Executivo Municipal colocara à disposição da Câmara Municipal e do Ministério Público, os estudos e as estimativas de receitas para exercícios subsequentes e as respectivas memórias de cálculo (art. 12, § 3º da LRF).

Artigo 25 - Na execução do orçamento, verificado que o comportamento da receita poderá afetar o cumprimento das metas de resultado primário e nominal, os Poderes Legislativo e Executivo, de forma proporcional as suas dotações e observadas a fonte de recursos, adotarão o mecanismo de limitação de empenhos e movimentação financeira nos montantes necessários, para as dotações abaixo (art. 9º da LRF):

- I. projetos ou atividades vinculadas a recursos oriundos de transferências voluntárias;
- II. obras em geral, desde que ainda não iniciadas;
- III. dotação para combustíveis, obras, serviços públicos e agricultura; e
- IV. dotação para material de consumo e outros serviços de terceiros das diversas atividades.

Parágrafo Único - Na avaliação do cumprimento das metas bimestrais de arrecadação para implementação ou não do mecanismo da limitação de empenho e movimentação financeira, será considerado ainda o resultado financeiro apurado no Balanço Patrimonial do exercício anterior, em cada fonte de recursos.

Artigo 26 - As Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado em relação à Receita Corrente Líquida, programadas para 2021, poderão ser expandidas em até 5%, tomando-se por base as Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado fixadas na Lei Orçamentária Anual para 2020 (art. 4º, § 2º da LRF).

Artigo 27 - Constituem Riscos Fiscais capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas do Município, aqueles constantes do Anexo Próprio desta Lei (art. 4º, § 3º da LRF).

Parágrafo Único: Os riscos fiscais, caso se concretizem, serão atendidos com recursos constantes de Artigo 43 da Lei Federal Nº 4.320/1964.

Artigo 28 - O Orçamento para o exercício de 2021 poderá destinar recursos para a Reserva de Contingência, não inferiores a 1% das Receitas Correntes Líquidas previstas e 40% do total do orçamento de cada entidade para a abertura de Créditos Adicionais Suplementares. (art. 5º, III da LRF).

§ 1º - Os recursos da Reserva de Contingência serão destinados ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos, obtenção de resultado primário positivo se for o caso, e também para abertura de Créditos Adicionais Suplementares conforme disposto na Portaria MPO nº 42/1999, art. 5º e Portaria STN nº 163/2001, art. 8º (art. 5º III, "b" da LRF).

§ 2º - Os recursos da Reserva de Contingência destinados a riscos fiscais, caso estes não se concretizem até o dia 01 de dezembro de 2021, poderão ser utilizados por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal para abertura de créditos adicionais suplementares de dotações que se tornaram insuficientes.

Artigo 29. Os Créditos Especiais e Suplementares serão autorizados por lei e abertos por Decreto Executivo, podendo haver transposição de uma categoria econômica para outra, observadas as disposições da Lei Federal nº 4.320/64 e atualizações posteriores.

§ 1º. Consideram-se recursos orçamentários para efeito de abertura de créditos especiais e suplementares, autorizados na forma do caput deste artigo, desde que não comprometidos, os seguintes:

- I. superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior;
- II. recursos provenientes de excesso de arrecadação;
- III. recursos resultantes de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias ou de créditos adicionais, autorizados em lei;
- IV. produto de operações de crédito autorizadas, em forma que juridicamente possibilite ao Poder Executivo realizá-las, inclusive financiamentos com recursos provenientes do BNDES pelo PMAT, PNAFM e outros;
- V. recursos provenientes de transferências à conta de fundos, para aplicação em despesas a cargo do próprio fundo;

- VI. recursos provenientes de transferências voluntárias resultantes de convênios, ajustes e outros instrumentos para realização de obras ou ações específicas.

Artigo 30. Não se incluem no limite de suplementação, previsto no Art. 29 da presente Lei, as dotações do mesmo grupo, para atendimento das seguintes despesas:

- I. pessoal e encargos sociais;
- II. pagamentos do sistema previdenciário;
- III. pagamento do serviço da dívida;
- IV. pagamento das despesas correntes relativas à operacionalização do Sistema Único de Saúde e do Sistema Municipal de Ensino;
- V. transferências de fundos ao Poder Legislativo;
- VI. despesas vinculadas a convênios, bem como sua contrapartida;
- VII. incorporação de saldos financeiros, apurados em 31 de dezembro de 2018, do excesso de arrecadação de recursos vinculados a fundos especiais e ao FUNDEB, quando se configurar receitas do exercício superior as previsões de despesas fixadas na Lei de Orçamento

Artigo 31 - Os investimentos com duração superior a 12 meses só constarão da Lei Orçamentária Anual se contemplados no Plano Plurianual (art. 5º, § 5º da LRF).

Artigo 32 - O Chefe do Poder Executivo Municipal estabelecerá até 30 dias após a publicação da Lei Orçamentária Anual, a programação financeira das receitas e despesas e o cronograma de execução mensal ou bimestral para as Unidades Gestoras, se for o caso (art. 8º da LRF).

Artigo 33 - Os Projetos e Atividades priorizados na Lei Orçamentária para 2021 com dotações vinculadas e fontes de recursos oriundos de transferências voluntárias, operações de crédito, alienação de bens e outras extraordinárias, só serão executados e utilizados a qualquer título, se ocorrer ou estiver garantido o seu ingresso no fluxo de caixa, respeitado ainda o montante ingressado ou garantido (art. 8º, § parágrafo único e 50, I da LRF).

Artigo 34 - A renúncia de receita estimada para o exercício de 2021, constante do Anexo Próprio desta Lei, não será considerada para efeito de cálculo do orçamento da receita (art. 4º, § 2º, V e art. 14, I da LRF).

Artigo 35 - A transferência de recursos do Tesouro Municipal a entidades privadas, beneficiará somente aquelas de caráter educativo, assistencial,

recreativo, cultural, esportivo, de cooperação técnica e voltadas para o fortalecimento do associativismo municipal e dependerá de autorização em lei específica (art. 4º, I, "f" e 26 da LRF).

Parágrafo Único - As entidades beneficiadas com recursos do Tesouro Municipal deverão prestar contas no prazo de 30 dias, contados do recebimento do recurso, na forma estabelecida pelo serviço de contabilidade municipal (art. 70, parágrafo único da Constituição Federal).

Artigo 36 - Os procedimentos administrativos de estimativa do impacto orçamentário-financeiro e declaração do ordenador da despesa de que trata o art. 16, itens I e II da LRF deverão ser inseridos no processo que abriga os autos da licitação ou sua dispensa/inexigibilidade.

Parágrafo Único - Para efeito do disposto no art. 16, § 3º da LRF, são consideradas despesas irrelevantes, aquelas decorrentes da criação, expansão ou aperfeiçoamento da ação governamental que acarrete aumento da despesa, cujo montante no exercício financeiro de 2021, em cada evento, não exceda ao valor limite para dispensa de licitação, fixado no item I do art. 24 da Lei nº 8.666 / 1993, devidamente atualizado (art. 16, § 3º da LRF).

Artigo 37 - As obras em andamento e a conservação do patrimônio público terão prioridade sobre projetos novos na alocação de recursos orçamentários, salvo projetos programados com recursos de transferência voluntária e operação de crédito (art. 45 da LRF).

Artigo 38 - Despesas de competência de outros entes da federação só serão assumidas pela Administração Municipal quando firmados convênios, acordos ou ajustes e previstos recursos na lei orçamentária (art. 62 da LRF).

Artigo 39 - A previsão das receitas e a fixação das despesas serão orçadas para 2021 a preços correntes.

Artigo 40 - A execução do orçamento da Despesa obedecerá, dentro de cada Projeto, Atividade ou Operações Especiais, a dotação fixada para cada Grupo de Natureza de Despesa / Modalidade de Aplicação, com apropriação dos gastos nos respectivos elementos de que trata a Portaria STN nº 163/2001.

Parágrafo Único - A transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de um Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação para outro, dentro de cada Projeto, Atividade ou Operações Especiais, poderá ser feita por Decreto do Prefeito Municipal no âmbito do Poder Executivo e por Decreto

Legislativo do Presidente da Câmara no âmbito do Poder Legislativo (art. 167, VI da Constituição Federal).

Artigo 41 - Durante a execução orçamentária de 2021, se o Poder Executivo Municipal for autorizado por lei, poderá incluir novos projetos, atividades ou operações especiais no orçamento das Unidades Gestoras na forma de crédito especial, desde que se enquadre nas prioridades para o exercício de 2021 (art. 167, I da Constituição Federal).

Artigo 42 - O controle de custos das ações desenvolvidas pelo Poder Público Municipal, obedecerá ao estabelecido no art. 50, § 3º da LRF.

Parágrafo Único - Os custos serão apurados através de operações orçamentárias, tomando-se por base as metas fiscais previstas nas planilhas das despesas e nas metas físicas realizadas e apuradas ao final do exercício (art. 4º, "e" da LRF).

Artigo 43 - Os programas priorizados por esta Lei e contemplados no Plano Plurianual, que integrarem a Lei Orçamentária de 2021 serão objeto de avaliação permanente pelos responsáveis, de modo a acompanhar o cumprimento dos seus objetivos, corrigir desvios e avaliar seus custos e cumprimento das metas físicas estabelecidas (art. 4º, I, "e" da LRF).

V - DAS DISPOSIÇÕES SOBRE A DÍVIDA PÚBLICA MUNICIPAL

Artigo 44 - A Lei Orçamentária de 2021 poderá conter autorização para contratação de Operações de Crédito para atendimento à Despesas de Capital, observado o limite de endividamento, de até 50% das Receitas Correntes Líquidas apuradas até o final do semestre anterior a assinatura do contrato, na forma estabelecida na LRF (art. 30, 31 e 32).

Artigo 45 - A contratação de operações de crédito dependerá de autorização em lei específica (art. 32, Parágrafo Único da LRF).

Artigo 46 - Ultrapassado o limite de endividamento definido na legislação pertinente e enquanto perdurar o excesso, o Poder Executivo obterá resultado primário necessário através da limitação de empenho e movimentação financeira (art. 31, § 1º, II da LRF).

VI - DAS DISPOSIÇÕES SOBRE DESPESAS COM PESSOAL

Artigo 47 - O Executivo e o Legislativo Municipal, mediante lei autorizativa, poderão em 2021, criar cargos e funções, alterar a estrutura de carreira, corrigir ou aumentar a remuneração de servidores, conceder vantagens, admitir pessoal aprovado em concurso público ou caráter temporário na forma de lei, observados os limites e as regras da LRF (art. 169, § 1º, II da Constituição Federal).

Parágrafo Único - Os recursos para as despesas decorrentes destes atos deverão estar previstos na lei de orçamento para 2021.

Artigo 48 - Ressalvada a hipótese do inciso X do artigo 37 da Constituição Federal, a despesa total com pessoal de cada um dos Poderes em 2021, Executivo e Legislativo, não excederá em Percentual da Receita Corrente Líquida, a despesa verificada no exercício de 2020, acrescida de 5%, obedecido o limites prudencial de 51,30% e 5,70% da Receita Corrente Líquida, respectivamente (art. 71 da LRF).

Artigo 49 - Nos casos de necessidade temporária, de excepcional interesse público, devidamente justificado pela autoridade competente, a Administração Municipal poderá autorizar a realização de horas extras pelos servidores, quando as despesas com pessoal não excederem a 95% do limite estabelecido no art. 20, III da LRF (art. 22, parágrafo único, V da LRF).

Artigo 50 - O Executivo Municipal adotará as seguintes medidas para reduzir as despesas com pessoal caso elas ultrapassem os limites estabelecidos na LRF (art. 19 e 20):

- I. eliminação de vantagens concedidas a servidores;
- II. eliminação das despesas com horas-extras;
- III. exoneração de servidores ocupantes de cargo em comissão;
- IV. demissão de servidores admitidos em caráter temporário.

Artigo 51 - Para efeito desta Lei e registros contábeis, entende-se como terceirização de mão-de-obra referente substituição de servidores de que trata o art. 18, § 1º da LRF, a contratação de mão-de-obra cujas atividades ou funções guardem relação com atividades ou funções previstas no Plano de Cargos da Administração Municipal, ou ainda, atividades próprias da Administração Pública, desde que, em ambos

os casos, não haja utilização de materiais ou equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros.

Parágrafo Único - Quando a contratação de mão-de-obra envolver também fornecimento de materiais ou utilização de equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros, por não caracterizar substituição de servidores, a despesa será classificada em outros elementos de despesa que não o "34 - Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização".

VII - DAS DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÃO NA LEGISLAÇÃO TRIBUTARIA

Artigo 52 - O Executivo Municipal, quando autorizado em lei, poderá conceder ou ampliar benefício fiscal de natureza tributária com vistas a estimular o crescimento econômico, a geração de empregos e renda, ou beneficiar contribuintes integrantes de classes menos favorecidas, devendo esses benefícios ser considerados no cálculo do orçamento da receita e serem objeto de estudos do seu impacto orçamentário e financeiro no exercício em que iniciar sua vigência e nos dois subsequentes (art. 14 da LRF).

Artigo 53 - Os tributos lançados e não arrecadados, inscritos em dívida ativa, cujos custos para cobrança sejam superiores ao crédito tributário, poderão ser cancelados, mediante autorização em lei, não se constituindo como renúncia de receita (art. 14 § 3º da LRF).

Artigo 54 - O ato que conceder ou ampliar incentivo, isenção ou benefício de natureza tributária ou financeira constante do Orçamento da Receita, somente entrará em vigor após adoção de medidas de compensação (art. 14, § 2º da LRF).

VIII - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 55 - O Executivo Municipal enviará a proposta orçamentária à Câmara Municipal no prazo estabelecido na Lei Orgânica do Município, que a apreciará e a devolverá para sanção até o encerramento do período legislativo anual.



§ 1º - A Câmara Municipal não entrará em recesso enquanto não cumprir o disposto no "caput" deste artigo.

§ 2º - Se o projeto de lei orçamentária anual não for encaminhado à sanção até o início do exercício financeiro de 2021, fica o Executivo Municipal autorizado a executar a proposta orçamentária na forma original, até a sanção da respectiva lei orçamentária anual.

Artigo 56 - Serão considerados legais as despesas com multas e juros pelo eventual atraso no pagamento de compromissos assumidos, motivados por insuficiência de tesouraria.

Artigo 57 - Os créditos especiais e extraordinários, abertos nos últimos quatro meses do exercício, poderão ser reabertos no exercício subsequente, por Decreto do Executivo.

Artigo 58 - O Executivo Municipal está autorizado a assinar convênios com o Governo Federal e Estadual através de seus órgãos da administração direta ou indireta, para realização de obras ou serviços de competência ou não do Município.

Artigo 59 - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, 05 de agosto de 2020


JOSÉ BEZERRA TENÓRIO FILHO
Prefeito Municipal



Município de Itapissuma - Consolidado

ESTADO DE PERNAMBUCO
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS

I - RECEITAS
Art. 4º, §2º, inciso II da LRF

(R\$)

ESPECIFICAÇÃO	ARRECADADA		ORÇADA		PREVISÃO	
	2018	2019	2020	2021	2022	2023
RECEITAS CORRENTES	101.228.602,11	114.343.520,11	121.405.850,00	109.797.378,60	113.706.165,27	117.685.881,05
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	9.122.944,45	8.475.472,65	12.375.000,00	12.837.825,00	13.294.851,57	13.760.171,38
CONTRIBUIÇÕES	3.131.708,42	3.170.343,12	3.850.000,00	3.993.990,00	4.136.176,05	4.280.942,21
RECEITA PATRIMONIAL	1.149.830,28	1.643.316,89	1.825.000,00	1.893.255,00	1.960.654,87	2.029.277,79
RECEITA DE SERVIÇOS	0,00	0,00	50.000,00	51.870,00	53.716,57	55.596,65
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	86.578.833,82	97.496.752,19	103.100.350,00	106.956.303,09	110.763.947,48	114.640.685,64
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	1.245.285,14	3.557.635,26	205.500,00	213.185,70	220.775,11	228.502,23
RECEITAS DE CAPITAL	511.032,24	336.865,15	3.240.000,00	1.027.026,00	1.063.588,13	1.100.813,72
ALIENAÇÃO DE BENS	0,00	3.970,36	130.000,00	134.862,00	139.663,09	144.551,30
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	511.032,24	332.894,79	3.110.000,00	3.226.314,00	3.341.170,78	3.458.111,76
DEDUÇÃO DAS RECEITAS CORRENTES	-12.643.017,80	-14.151.414,18	-14.540.000,00	-15.083.796,00	-15.620.779,14	-16.167.506,41
DEDUÇÕES DA RECEITA DE TRANSF. CORRENTES	-12.643.017,80	-14.151.414,18	-14.540.000,00	-15.083.796,00	-15.620.779,14	-16.167.506,41
Total	92.535.260,61	104.014.984,98	114.940.350,00	119.239.119,09	123.484.031,73	127.805.972,84

Itapissuma-PE, 05 de Agosto de 2020

José Tenório Bezerra Filho
Prefeito



Município de Itapissuma - Consolidado

ESTADO DE PERNAMBUCO
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS
II - DESPESAS
Art. 4º, §2º, inciso II da LRF

(R\$)

CATEGORIA ECONÔMICA E GRUPOS DE NATUREZA DE DESPESAS	EXECUTADA		ORÇADA	PREVISÃO			
	2018	2019		2020	2021	2022	2023
DESPESAS CORRENTES (I)							
Pessoal e Encargos Sociais	90.198.971,88	101.266.587,54	107.428.850,00	111.446.688,99	115.414.191,12	119.453.687,81	
Transferência a Estados e ao Distrito Federal	56.179.868,00	62.981.801,65	61.904.750,00	64.219.987,65	66.506.219,21	68.833.936,88	
Aplicações Diretas	56.179.868,00	62.981.801,65	61.904.750,00	64.219.987,65	66.506.219,21	68.833.936,88	
Aplicações Diretas-Órgãos,Fundos Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Juros e Encargos da Dívida	271.070,08	403.862,29	241.500,00	250.532,10	259.451,04	268.531,83	
Aplicações Diretas	271.070,08	403.862,29	241.500,00	250.532,10	259.451,04	268.531,83	
Outras Despesas Correntes	33.748.033,80	37.880.923,60	45.282.600,00	46.976.169,24	48.648.520,87	50.351.219,10	
Transferência da União	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Transferência a Estados e ao Distrito Federal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Transferência a Municípios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Transf. a Inst. Privadas sem Fins Lucrativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Transf. a Inst. Privadas com Fins Lucrativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Transf. a Inst. Multigovernamentais Nacionais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Aplicações Diretas	33.748.033,80	37.880.923,60	45.282.600,00	46.976.169,24	48.648.520,87	50.351.219,10	
Aplicações Diretas-Órgãos,Fundos Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
DESPA DE CAPITAL (II)	2.115.040,87	2.191.337,57	5.512.500,00	5.718.667,50	5.922.252,06	6.129.530,88	
Investimentos	843.586,98	966.981,01	4.217.000,00	4.374.715,80	4.530.455,68	4.689.021,63	
Transferências a União	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Transferências a Estados e ao Distrito Federal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Transferências a Municípios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Transf. a Inst. Privadas sem Fins Lucrativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Transf. a Inst. Privadas com Fins Lucrativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Transf. a Inst. Multigovernamentais Nacionais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Aplicações Diretas	843.586,98	966.981,01	4.217.000,00	4.374.715,80	4.530.455,68	4.689.021,63	
Aplicações Diretas-Órgãos,Fundos Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Inversões Financeiras	0,00	0,00	25.000,00	25.935,00	26.858,29	27.798,33	
Transferências a Estados e ao Distrito Federal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Transferências a Municípios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Transf. a Inst. Privadas sem Fins Lucrativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Aplicações Diretas	0,00	0,00	25.000,00	25.935,00	26.858,29	27.798,33	
Aplicações Diretas-Órgãos,Fundos Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Amortização da Dívida	1.271.453,89	1.224.356,56	1.270.500,00	1.318.016,70	1.364.938,09	1.412.710,92	
Aplicações Diretas	1.271.453,89	1.224.356,56	1.270.500,00	1.318.016,70	1.364.938,09	1.412.710,92	
RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (III)	0,00	0,00	1.999.000,00	2.073.762,60	2.147.588,55	2.222.754,15	



Município de Itapissuma - Consolidado

ESTADO DE PERNAMBUCO
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS
II - DESPESAS
Art. 4º, §2º, inciso II da LRF

(R\$)

CATEGORIA ECONÔMICA E GRUPOS DE NATUREZA DE DESPESAS	EXECUTADA		ORÇADA 2020	PREVISÃO		
	2018	2019		2021	2022	2023
Total	92.314.012,75	103.457.925,11	114.940.350,00	119.239.119,09	123.484.031,73	127.805.972,84

Itapissuma-PE, 05 de Agosto de 2020


José Tenório Bezerra Filho
Prefeito



Município de Itapissuma - Consolidado
ESTADO DE PERNAMBUCO
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS
III - RESULTADO PRIMÁRIO E NOMINAL

(R\$)

Anexo 6 (LRF, art 53, inciso III)

ACIMA DA LINHA

	2018	2019	2020	2021	2022	2023
RECEITAS PRIMÁRIAS	88.585.584,31	100.192.105,93	106.865.850,00	94.713.582,60	98.085.386,13	101.518.374,64
RECEITAS CORRENTES (I)	9.122.944,45	8.475.472,65	12.375.000,00	12.837.825,00	13.294.851,57	13.760.171,38
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	3.131.708,42	3.170.343,12	3.850.000,00	3.993.990,00	4.136.176,05	4.280.942,21
Contribuições	1.149.830,28	1.643.316,89	1.825.000,00	1.893.255,00	1.960.654,87	2.029.277,79
Receita Patrimonial	1.149.830,28	1.643.316,89	1.825.000,00	1.893.255,00	1.960.654,87	2.029.277,79
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aplicações Financeiras (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Agropecuária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	73.935.816,02	83.345.338,01	50.000,00	91.872.507,09	53.716,57	55.596,65
Transferências Correntes	1.245.285,14	3.557.635,26	88.560.350,00	213.185,70	95.143.168,34	98.473.179,23
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	205.500,00	0,00	220.775,11	228.502,23
Outras Receitas Financeiras (III)	1.245.285,14	3.557.635,26	205.500,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	1.245.285,14	3.557.635,26	205.500,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (IV) = (I - II - III)	87.435.754,03	98.548.789,04	105.040.850,00	92.820.327,60	96.124.731,26	99.489.096,85
RECEITAS DE CAPITAL (V)	511.032,24	336.865,15	3.240.000,00	1.027.026,00	1.063.588,13	1.100.813,72
Operações de Crédito (VI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens	0,00	3.970,36	130.000,00	134.862,00	139.663,09	144.551,30
Alienação de Bens Móveis (VII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Imóveis (VIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortizações de Empréstimos (IX)	511.032,24	332.894,79	3.110.000,00	3.226.314,00	3.341.170,78	3.458.111,76
Transferências de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital (X)	511.032,24	336.865,15	3.240.000,00	1.027.026,00	1.063.588,13	1.100.813,72
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XI) = (V - VI - VII - VIII - X)	511.032,24	336.865,15	3.240.000,00	1.027.026,00	1.063.588,13	1.100.813,72
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (XII) = (IV + XI)	87.946.786,27	98.885.654,19	108.280.850,00	93.847.353,60	97.188.319,39	100.589.910,57
ACIMA DA LINHA						
DESPESAS PRIMÁRIAS	90.198.974,88	101.266.587,54	107.428.850,00	111.446.688,99	115.414.191,12	119.453.687,81
DESPESAS CORRENTES (XIII)	56.179.868,00	62.981.801,65	61.904.750,00	64.219.987,65	66.506.219,21	68.833.936,88
Pessoal e Encargos Sociais	271.070,08	403.862,29	241.500,00	250.532,10	259.451,04	268.531,83
Juros e Encargos da Dívida (XIV)	33.748.033,80	37.880.923,60	45.282.600,00	46.976.169,24	48.648.520,87	50.351.219,10
Outras Despesas Correntes	89.927.901,80	100.862.725,25	107.187.350,00	111.196.156,89	115.154.740,08	119.185.155,98
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (XV) = (XIII - XIV)	2.115.040,87	2.191.337,57	5.512.500,00	5.718.667,50	5.922.252,06	6.129.530,88
DESPESAS DE CAPITAL (XVI)	843.586,98	966.981,01	4.217.000,00	4.374.715,80	4.530.455,68	4.689.021,63
Investimentos	0,00	0,00	25.000,00	25.935,00	26.858,29	27.798,33
Investimentos Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos e Financiamentos (XVII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Títulos de Cred. de Cap já Integ (XVIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Títulos de Crédito (XIX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Investimentos Financeiros	1.271.453,89	1.224.356,56	1.270.500,00	1.318.016,70	1.364.938,09	1.412.710,92
Amortização da Dívida (XX)	843.586,98	966.981,01	4.242.000,00	4.400.650,80	4.557.313,97	4.716.819,96
DESP. PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XXI) = (XVI - XVII - XVIII - XIX - XX)	0,00	0,00	0,00	2.073.762,60	2.147.588,55	2.222.754,15
RESERVA DO RPPS XXIIa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA DO RPPS (XXII)	90.771.488,78	101.829.706,26	1.999.000,00	2.073.762,60	2.147.588,55	2.222.754,15
DESPESAS PRIMÁRIAS TOTAL (XXIII) = (XV + XXI + XXII)	-2.824.702,51	-2.944.052,07	-5.147.500,00	-23.823.216,69	-24.671.323,21	-25.534.819,52
RESULTADO PRIMÁRIO - Acima da linha (XXIV) = (XII - XXIII)						



Município de Itapissuma - Consolidado
ESTADO DE PERNAMBUCO
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS
III - RESULTADO PRIMÁRIO E NOMINAL

Anexo 6 (LRF, art 53, inciso III)

(R\$)

CÁLCULO DO RESULTADO NOMINAL	ABAIXO DA LINHA						
	2018 (b)	2019 (c)	2020 (d)	2021 (e)	2022 (f)	2023 (g)	
DÍVIDA CONSOLIDADA (XXVIII)	5.810.178,14	4.989.505,68	4.821.509,67	5.001.834,13	5.179.899,43	5.361.195,91	
DEDUÇÕES (XXIX)	12.861.567,81	12.924.469,49	26.849.239,38	27.853.400,93	28.844.982,00	29.854.556,37	
Disponibilidade de Caixa Bruta	22.758.462,23	19.536.629,32	29.414.132,08	30.514.220,62	31.600.526,87	32.706.545,31	
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
(-) Restos a Pagar (XXX)	9.896.894,42	6.612.159,83	2.564.892,70	2.660.819,69	2.755.544,87	2.851.988,94	
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (XXXI) = (XXVIII - XXIX)	-7.051.389,67	-7.934.963,81	-22.027.729,71	-22.851.566,80	-23.665.082,57	-24.493.360,46	
Resultado Nominal - Abaixo da Linha (XXXII) = (XXXIa-XXXIb)	13.611.031,80	883.574,14	14.092.765,90	823.837,09	813.515,77	828.277,89	
		(a* - b)	(b - c)	(c - d)	(d - e)	(e - f)	(f - g)

a* Dívida Consolidada Líquida do exercício de 2017(R\$6.559.642,13)

AJUSTE METODOLÓGICO	EXERCÍCIO DE 2021						
	2018	2019	2020	2021	2022	2023	
VARIACÃO SALDO RPP = (XXXIII) = (XXXd - XXXe)				-95.926,99			
RECEITA DE ALIEN.DE INVEST.PERMANENTES (IX)				0,00			
PASSIVOS RECONHECIDOS NA DC (XXXIV) = (XXXI)				-22.851.566,80			
VARIACÃO CAMBIAL (XXXV)				10,00			
PAGTO. DE PRECATORIOS INTEGRANTES DA DC (XXXVI)				20,00			
RESULTADO DO BACEM (XXXVII)				30,00			
OUTROS AJUSTES (XXXVIII)				40,00			
RESULTADO NOMINAL AJUSTADO - abaixo da linha (XXXIX) =				-21.931.702,72			
(XXXII - XXXIII - IX + XXXIV + XXXV - XXXVI + XXXVII + XXXVIII)				-21.931.702,72			
RESULTADO PRIMÁRIO - Abaixo da Linha (XL) = XXXIX)				-21.931.702,72			

Itapissuma-PE, 05 de Agosto de 2020


José Temório Bezerra Filho
Prefeito




Município de Itapissuma - Consolidado

ESTADO DE PERNAMBUCO
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS
V - MONTANTE DA DÍVIDA PÚBLICA
Art. 4º, §2º, inciso II da LRF

	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	6.559.642,13	5.810.178,14	4.989.505,68	4.821.509,67	5.001.834,13	5.179.899,43	5.361.195,91
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	6.559.642,13	5.810.178,14	4.989.505,68	4.821.509,67	5.001.834,13	5.179.899,43	5.361.195,91
DEDUÇÕES (II)	0,00	12.861.567,81	12.924.469,49	26.849.239,38	27.853.400,93	28.844.982,00	29.854.556,37
Ativo Disponível	6.164.165,96	22.758.462,23	19.536.629,32	29.414.132,08	30.514.220,62	31.600.526,87	32.706.545,31
Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar	9.628.997,84	9.896.894,42	6.612.159,83	2.564.892,70	2.660.819,69	2.755.544,87	2.851.988,94
Dívida Consolidada Líquida	6.559.642,13	-7.051.389,67	-7.934.963,81	-22.027.729,71	-22.851.566,80	-23.665.082,57	-24.493.360,46

Itapissuma-PE, 05 de Agosto de 2020


José Tenório Bezerra Filho
Prefeito



Prefeitura Municipal de Itapissuma
ESTADO DE PERNAMBUCO
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTARIAS
ANEXO DE RISCOS FISCAIS
DEMONSTRATIVO DE RISCOS FISCAIS E PROVIDÊNCIAS
2021

(R\$)

AMF (LRF, art. 4º, §3º)

Identificação dos Riscos	DEMAIS RISCOS FISCAIS PASSIVOS		PROVIDÊNCIAS	
	2021	Providência	2021	
7 Frustração de Arrecadação	1.000.000,00	Limitação de empenho	1.000.000,00	
SUBTOTAL	1.000.000,00	SUBTOTAL	1.000.000,00	
TOTAL	1.000.000,00	TOTAL	1.000.000,00	

Itapissuma-PE, 05 de Agosto de 2020


José Tenório Bezerra Filho
Prefeito



Município de Itapissuma - Consolidado

ESTADO DE PERNAMBUCO
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
Demonstrativo I - Metas Anuais
2021

(R\$)

AMF - Tabela 1 (LRF, art. 4º, §1º)

ESPECIFICAÇÃO	2021				2022				2023			
	Valor Corrente (a)	Valor Constante	% PIB (a/PIB) x 100	% RCL (a/RCL) x 100	Valor Corrente (b)	Valor Constante	% PIB (b/PIB) x 100	% RCL (b/RCL) x 100	Valor Corrente (c)	Valor Constante	% PIB (c/PIB) x 100	% RCL (c/RCL) x 100
Receita Total	119.239.119,0	114.940.350,0	0,061	0,449	123.484.031,73	114.940.504,0	0,062	0,448	127.805.972,8	114.940.664,2	0,062	0,448
Receitas Primárias (I)	119.104.257,0	114.810.350,0	0,061	0,448	123.344.368,64	114.810.503,8	0,062	0,448	127.661.421,5	114.810.663,9	0,062	0,447
Despesa Total	119.239.119,0	114.940.350,0	0,061	0,449	123.484.031,73	114.940.504,0	0,062	0,448	127.805.972,8	114.940.664,2	0,062	0,448
Despesas Primárias (II)	117.670.570,2	113.428.350,0	0,060	0,443	121.859.642,60	113.428.502,0	0,061	0,442	126.124.730,0	113.428.660,1	0,062	0,442
Resultado Primário (III)=(I-II)	1.433.686,80	1.382.000,00	0,001	0,005	1.484.726,04	1.382.001,84	0,001	0,005	1.536.691,45	1.382.003,77	0,001	0,005
Resultado Nominal	823.837,09	794.136,39	0,000	0,003	813.515,77	757.230,80	0,000	0,003	828.277,89	744.901,11	0,000	0,003
Dívida Pública Consolidada	5.001.834,13	4.821.509,67	0,003	0,019	5.179.899,43	4.821.516,14	0,003	0,019	5.361.195,91	4.821.522,86	0,003	0,019
Dívida Consolidada Líquida	-22.851.566,80	-22.027.729,71	-0,012	-0,086	-23.665.082,57	-22.027.759,23	-0,012	-0,086	-24.493.360,46	-22.027.789,93	-0,012	-0,086

	2021	2022	2023
Receitas Primárias advindas de PPP (IV)	0,00	0,00	0,00
Despesas Primárias geradas por PPP (V)	0,00	0,00	0,00
Impacto do saldo das PPP (VI) = (IV - V)	0,00	0,00	0,00

Nota: - O cálculo das metas acima descritas foi realizado considerando-se o seguinte cenário macroeconômico:

	2021	2022	2023
VARIÁVEIS			
PIB real (crescimento % anual)	2,65	2,62	2,50
Taxa real de juro implícito sobre a dívida líquida do Governo (média % anual)	11,80	11,80	11,80
Câmbio (R\$/US\$ - Final do Ano)	4,03	4,07	4,13
Inflação média (% anual) projetada com base em índices oficiais de inflação	3,74	3,56	3,50
Projeção do PIB do Estado - R\$ bilhões	194.905.000.000,00	200.011.000.000,00	205.012.000.000,00
Receita Corrente Líquida - RCL - R\$ bilhões	26.572.000.000,00	27.566.000.000,00	28.547.000.000,00

Metodologia de Cálculo dos Valores Constantes:

	2021	2022	2023
Valor Corrente / 1,03740	Valor Corrente / 1,07433	Valor Corrente / 1,11193	

Itapissuma-PE, 05 de Agosto de 2020


José Tenório Bezerra Filho
Prefeito



Município de Itapissuma – Consolidado

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

Demonstrativo I – Metas Anuais

2021

Notas Explicativas com metodologia de cálculo:

Para elaboração das Metas Anuais, considerando as variáveis econômicas e a política fiscal do Município, foi analisado o estoque da dívida, estabelecendo-se um valor esperado para o exercício financeiro de 2021 e os dois seguintes. Em seguida foram definidas as metas de resultados primário, a projeção de receitas, a projeção das despesas obrigatórias e discricionárias, a projeção dos juros, para atender a meta definida, e, por fim, calculado o resultado nominal.

O cálculo dos valores foi realizado considerando as seguintes definições:

Receita Total: Para planejamento dos valores a serem arrecadados em determinado período foram analisadas as características peculiares de cada receita, utilizando-se a série histórica anual de arrecadação (base de cálculo), corrigida por parâmetros de preço (índice de preço), utilizando neste caso os indicadores econômicos PIB e/ou IPCA projetados pelo Banco Central do Brasil, publicados no sistema PUBLIDATA LDO 2021, a depender do índice de maior correlação identificado para a natureza da receita.

Para alguns tributos foi considerado também o efeito denominado Esforço da Administração, como meta interna de incremento de arrecadação (índice de esforço da administração).

Também foram considerados possíveis efeitos advindos de legislações específicas (efeito legislação).

Para as Receitas de Operação de Crédito e Convênios foram considerados os contratos já firmados e os autorizados por lei, levando em conta a capacidade de execução dos pleitos pelo Município.

Receitas Primárias: calculadas deduzindo-se da Receita Total as estimativas de receita com alienação de imóveis, amortizações de empréstimos concedidos, operações de crédito contratadas, a remuneração de depósitos bancários e as receitas intraorçamentárias.

Despesa Total: inicialmente foram projetadas as despesas obrigatórias no montante que necessariamente têm prioridade em relação às demais despesas, tanto no momento de elaboração do orçamento quanto na sua execução, em seguida, projetadas as despesas com amortizações da dívida e pagamento de juros, para então fixar o gasto discricionário com investimentos e custeio, garantindo o resultado primário fixado como meta para o exercício da LDO e os dois seguintes.

Despesas Primárias: calculadas deduzindo-se da Despesa Total a estimativa de pagamento de Juros e Encargos da Dívida, Inversões Financeiras, Amortizações da Dívida para o período e as despesas intraorçamentárias.

Resultado Primário: calculado pela diferença entre as receitas primárias e despesas primárias.

Resultado Nominal: calculado pelo método acima da linha, conforme preconiza a 10ª edição do Manual de Demonstrativos Fiscais de 2020, publicado pela Secretaria do Tesouro Nacional, deduzindo do Resultado Primário, a estimativa de juros e encargos passivos (juros pagos) e somando a estimativa de juros e encargos ativos (juros recebidos).

Dívida Pública Consolidada: corresponde ao total estimado das obrigações financeiras decorrentes de Dívida Contratual (empréstimos internos e externos) e os Parcelamentos e Renegociações de Dívidas (para tributos, contribuições previdenciárias e sociais), com prazo superior a 12 meses, já contratadas e previstas para contratação entre 2021-2023. Cumpre-se registrar que o Município não possui Dívida Mobiliária, nem Precatórios posteriores a 05/05/2000 vencidos e não pagos.



Município de Itapissuma – Consolidado

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

Demonstrativo I – Metas Anuais

2021

Dívida Consolidada Líquida: calculada deduzindo da Dívida Pública Consolidada os juros da disponibilidade de caixa e demais haveres financeiros projetados para os períodos em referência, líquidos de Restos a Pagar.

Vale destacar que não foram projetadas Receitas e Despesas advindas de PPP (Parcerias Público-Privado), pois não estão dentro da política do Município para o período referenciado.

Receita Corrente Líquida: projetada deduzindo da Receita Corrente estimada para o período, as Compensações Financeiras entre os Regimes Previdenciários, as Contribuições do Servidor para o Plano de Previdência.

PIB: considerando que são informações opcionais para os municípios, conforme a 10ª edição do Manual de Demonstrativos Fiscais/STN, e considerando que não foram publicadas informações referentes às projeções do PIB para os períodos em tela pelo Governo do Estado de Pernambuco, nem pelo IBGE, esta variável não foi utilizada no demonstrativo.

Os valores foram apresentados em:

Valor Corrente: valor nominal das metas fiscais para o exercício financeiro a que se referem.

Valor Constante: metas fiscais em valores que equivalem aos valores correntes abstraídos da variação do poder aquisitivo da moeda, ou seja, aplicando o índice de deflação no valor corrente, trazendo os valores das metas anuais para valores praticados no ano de referência da LDO (2021), obtido através da aplicação da seguinte fórmula:

Valor Constante = Valor Corrente / Índice de Deflação

Sendo, Índice para Deflação <AnoX> = [1+ (Taxa de Inflação de <AnoX>)]



Município de Itapissuma - Consolidado

ESTADO DE PERNAMBUCO

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

Demonstrativo II - Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício Anterior
2021

AMF - Tabela 2 (LRF, art. 4º, §2º, inciso I)

(R\$)

ESPECIFICAÇÃO	I - Metas Previstas 2019 (a)		II - Metas Realizadas 2019 (b)		Variação (II - I)			
	% PIB	% RCL	% PIB	% RCL	Valor (c) = (b - a)	% (c/a) x 100		
Receita Total	109.102.378,8	0,059	0,462	100.528.971,1	0,054	0,409	-8.573.407,72	-7,85
Receitas Primárias (I)	102.819.888,8	0,055	0,435	98.885.654,19	0,053	0,402	-3.934.234,61	-3,82
Despesa Total	109.102.378,8	0,059	0,462	103.457.925,0	0,056	0,421	-5.644.453,69	-5,17
Despesas Primárias (II)	104.673.983,0	0,056	0,443	101.829.706,0	0,055	0,414	-2.844.276,80	-2,71
Resultado Primário (III)=(I - II)	-1.854.094,26	-	-0,008	-2.944.052,07	-	-0,012	-1.089.957,81	58,78
Resultado Nominal	658.929,22	0,000	-0,008	883.574,14	0,000	-0,012	224.644,92	34,09
Dívida Pública Consolidada	4.989.505,68	0,003	0,021	4.989.505,68	0,003	0,020	0,00	0,00
Dívida Consolidada Líquida	-14.547.123,64	-	-0,062	-7.934.963,81	-	-0,032	6.612.159,83	-45,45

Nota:

PIB Estadual Previsto e Realizado para 2019

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
Previsão do PIB Estadual para 2019	185.641.000.000,00
Valor efetivo(realizado) do PIB Estadual para 2019	185.641.000.000,00
Previsão da RCL Estadual para 2019	23.617.000.000,00
Valor efetivo(realizado) da RCL Estadual para 2019	24.589.000.000,00

Itapissuma-PE, 05 de Agosto de 2020


José Tenório Bezerra Filho
Prefeito



Município de Itapissuma - Consolidado

ESTADO DE PERNAMBUCO
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
Demonstrativo III - Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Fixadas nos Três Exercícios Anteriores
2021

AMF - Tabela 3 (LRF, art. 4º, §2º, inciso II)

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CORRENTES										%
	2018	2019	%	2020	%	2021	%	2022	%	2023	
Receita Total	89.096.616,55	100.528.971,08	12,8	110.105.850,00	9,5	95.740.608,60	-13,1	99.148.974,26	3,6	102.619.188,36	3,5
Receitas Primárias (I)	87.946.786,27	98.885.654,19	12,4	108.280.850,00	9,5	93.847.353,60	-13,3	97.188.319,39	3,6	100.589.910,57	3,5
Despesa Total	92.314.012,75	103.457.925,11	12,1	114.940.350,00	11,1	119.239.119,09	3,7	123.484.031,73	3,6	127.805.972,84	3,5
Despesas Primárias (II)	90.771.488,78	101.829.706,26	12,2	113.428.350,00	11,4	117.670.570,29	3,7	121.859.642,60	3,6	126.124.730,09	3,5
Resultado Primário (III)=(I - II)	-2.824.702,51	-2.944.052,07	0,0	-5.147.500,00	0,0	-23.823.216,69	362,8	-24.671.323,21	0,0	-25.534.819,52	0,0
Resultado Nominal	13.611.031,80	883.574,14	-93,5	14.092.765,90	1495,0	823.837,09	-94,2	813.515,77	-1,3	828.277,89	1,8
Dívida Pública Consolidada	5.810.178,14	4.989.505,68	-14,1	4.821.509,67	-3,4	5.001.834,13	3,7	5.179.899,43	3,6	5.361.195,91	3,5
Dívida Consolidada Líquida	-7.051.389,67	-7.934.963,81	12,5	-22.027.729,71	177,6	-22.851.566,80	3,7	-23.665.082,57	3,6	-24.493.360,46	3,5

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CONSTANTES										%
	2018	2019	%	2020	%	2021	%	2022	%	2023	
Receita Total	96.282.258,67	104.148.014,04	8,2	110.105.850,00	5,7	92.289.000,00	-16,2	92.289.123,70	0,0	92.289.252,35	0,0
Receitas Primárias (I)	95.039.694,58	102.445.537,74	7,8	108.280.850,00	5,7	90.464.000,00	-16,4	90.464.121,26	0,0	90.464.247,36	0,0
Despesa Total	99.759.137,88	107.182.410,41	7,4	114.940.350,00	7,2	114.940.350,00	0,0	114.940.504,06	0,0	114.940.664,29	0,0
Despesas Primárias (II)	98.092.209,35	105.495.575,69	7,5	113.428.350,00	7,5	113.428.350,00	0,0	113.428.502,04	0,0	113.428.660,16	0,0
Resultado Primário (III)=(I - II)	-3.052.514,77	-3.050.037,94	0,0	-5.147.500,00	0,0	-22.964.350,00	0,0	-22.964.380,79	0,0	-22.964.412,80	0,0
Resultado Nominal	14.708.761,51	915.382,81	-93,8	14.092.765,90	1439,5	794.136,39	-94,4	757.230,80	-4,7	744.901,11	-1,6
Dívida Pública Consolidada	6.278.769,01	5.169.127,88	-17,7	4.821.509,67	-6,7	4.821.509,67	0,0	4.821.516,14	0,0	4.821.522,86	0,0
Dívida Consolidada Líquida	-7.620.084,25	-8.220.622,51	7,9	-22.027.729,71	168,0	-22.027.729,71	0,0	-22.027.759,23	0,0	-22.027.789,93	0,0

Nota:

Metodologia de Cálculo dos Valores Constantes

2018	ÍNDICES DE INFLAÇÃO		
	2019	2021*	2023*
3,75	4,31	3,74	3,50

VALORES DE REFERÊNCIA			
Valor Corrente x 1,08065	Valor Corrente x 1,03600	Valor Corrente x 1,00000	Valor Corrente / 1,11193

* Inflação Média (% anual) projetada com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, divulgado pelo IBGE

Itapissuma-PE, 05 de Agosto de 2020

José Tenório Bezerra Filho
Prefeito



Município de Itapissuma – Consolidado

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

Demonstrativo III – Metas Anuais Atuais Comparadas com as Fixadas nos Três Exercícios Anteriores
2021

Notas Explicativas:

Os valores foram apresentados em:

Valor Corrente: valor nominal das metas fiscais para o exercício financeiro a que se referem.

Valor Constante: metas fiscais em valores que equivalem aos valores correntes abstraídos da variação o poder aquisitivo da moeda, ou seja, aplicando o índice de deflação no valor corrente, trazendo os valores das metas anuais para valores praticados no ano de referência da LDO (2021), obtido através da aplicação da seguinte fórmula:

Período	Fórmula
2018 e 2019	$Valor\ Constante = Valor\ Corrente \times Índice\ para\ Inflação$
2020	$Valor\ Constante = Valor\ Corrente$
2021 a 2023	$Valor\ Constante = Valor\ Corrente / Índice\ para\ Deflação$

Sendo, Índice para Inflação/Deflação <AnoX> = $[1 + (Taxa\ de\ Inflação\ de\ <AnoX>/100)]$

Taxa de Inflação - IPCA*					
2018	2019	2020	2021	2022	2023
3,75%	4,31%	3,60%	3,74%	3,56%	3,50%

* Índice Nacional de Preço ao Consumidor Amplo – IPCA; sendo o índice aprovado para os anos de 2018-2019 pelo IBGE e o índice estimado para os anos de 2020 a 2023 pelo Banco Central do Brasil, conforme sistema PUBLIDATA LDO 2021.

Resultado Nominal:

Para os anos de 2018, 2019 e 2020 o resultado nominal foi calculado pela diferença entre o saldo da dívida consolidada de um período menos o ano anterior.

Para os anos de 2021 a 2023 foi calculado pelo método acima da linha, conforme preconiza a 10ª edição do Manual de Demonstrativos Fiscais/STN, deduzindo do Resultado Primário, a estimativa de juros e encargos passivos (juros pagos) e somando a estimativa de juros e encargos ativos (juros recebidos).



Município de Itapissuma - Consolidado

ESTADO DE PERNAMBUCO
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
Demonstrativo IV - Evolução do Patrimônio Líquido
2021

AMF - Tabela 4 (LRF, art. 4º, §2º, inciso III)

(R\$)

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2019	%	2018	%	2017	%
Patrimônio/Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reservas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Acumulado	-176.858.579,72	0,00	26.614.892,47	100,00	6.090.039,69	100,00
TOTAL	-176.858.579,72	0,00	26.614.892,47	100,00	6.090.039,69	100,00

Itapissuma-PE, 05 de Agosto de 2020


José Tenório Bezerra Filho
Prefeito



Instituto de Previdência de Itapissuma

ESTADO DE PERNAMBUCO
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
Demonstrativo VI - Avaliação da Situação Financeira e Atuarial do Regime Próprio de Previdência dos Servidores
2021

AMF - Tabela 6 (LRF, art. 4º, §2º, inciso IV, alínea "a")

(R\$)

RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES				
PLANO PREVIDENCIÁRIO				
	2017	2018	2019	
RECEITAS CORRENTES (I)	7.460.748,71	6.694.366,40	7.369.350,39	
Receita de Contribuições dos Segurados	2.381.837,98	2.164.897,64	2.188.552,95	
Civil	2.381.837,98	2.164.897,64	2.188.552,95	
Ativo	2.381.837,98	2.164.897,64	2.188.552,95	
Inativo	0,00	0,00	0,00	
Pensionista	0,00	0,00	0,00	
Receita de Contribuições Patronais	2.375.200,54	2.343.516,15	3.486.013,90	
Civil	2.375.200,54	2.343.516,15	3.486.013,90	
Ativo	2.375.200,54	2.343.516,15	3.486.013,90	
Inativo	0,00	0,00	0,00	
Pensionista	0,00	0,00	0,00	
Receitas Patrimonial	2.691.608,57	2.185.052,61	1.603.823,01	
Receita Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	
Receitas de Valores Mobiliários	1.650.487,45	1.089.924,70	1.603.823,01	
Outras Receitas Patrimoniais	1.041.121,12	1.095.127,91	0,00	
Receita de Serviço	0,00	0,00	0,00	
Outras Receitas Correntes	12.101,62	900,00	90.960,53	
Compensação Previdenciário do RGPS ao RPPS	0,00	0,00	0,00	
Aportes Per. P/Amorti. do Déficit Atuarial do RPPS (II)	0,00	0,00	0,00	
Demais Receitas Correntes	12.101,62	900,00	90.960,53	
RECEITAS DE CAPITAL (III)	0,00	0,00	0,00	
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS (IV)=(I+III-II)	7.460.748,71	6.694.366,40	7.369.350,39	



Instituto de Previdência de Itapissuma

ESTADO DE PERNAMBUCO
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
Demonstrativo VI - Avaliação da Situação Financeira e Atuarial do Regime Próprio de Previdência dos Servidores
2021

(R\$)

AMF - Tabela 6 (LRF, art. 4º, §2º, inciso IV, alínea "a")

RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

	2017	2018	2019
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS			
Benefício Civil	5.815.657,39	6.402.902,50	7.267.725,80
Aposentadorias	4.318.468,67	4.798.761,79	5.459.863,70
Pensões	1.316.334,66	1.488.048,29	1.663.371,10
Outros Benefícios Previdenciários	180.854,06	116.092,42	144.491,00
Outras Despesas Previdenciárias	374.729,99	436.046,52	428.949,06
Compensação Previdenciária do RPPS ao RGPS	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	374.729,89	436.046,52	428.949,06
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (V)	6.190.387,28	6.838.949,02	7.696.674,86
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VI) = (IV - V)	1.270.361,43	-144.582,62	-327.324,47

	2017	2018	2019
RECURSOS RPPS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES			
VALOR	0,00	0,00	0,00

	2017	2018	2019
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS			
VALOR	0,00	0,00	0,00

	2017	2018	2019
APORTES DE RECURSOS PARA O PLANO PREVIDENCIÁRIO DO RPPS			
VALOR	0,00	0,00	0,00



Instituto de Previdência de Itapissuma

ESTADO DE PERNAMBUCO
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
Demonstrativo VI - Avaliação da Situação Financeira e Atuarial do Regime Próprio de Previdência dos Servidores
2021

AMF - Tabela 6 (LRF, art. 4º, §2º, inciso IV, alínea "a")

(R\$)

RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES			
	2017	2018	2019
Plano de Amortização - Contribuição Patronal Suplementar	0,00	0,00	0,00
Plano de Amortização - Aporte Periódico de Vtrs.Predefinidos	0,00	0,00	0,00
Outros Aportes para o RPPS	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro	0,00	0,00	0,00

BENS E DIREITOS DO RPPS			
	2017	2018	2019
Caixa e Equivalentes de Caixa	16.522.673,09	16.378.090,47	16.050.766,00
Investimentos e Aplicações	0,00	0,00	0,00
Outros Bens e Direitos	0,00	0,00	0,00

- O saldo de bens e direitos de 2016 era R\$ 15.252.311,66

PLANO FINANCEIRO

RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS			
	2017	2018	2019
RECEITAS CORRENTES (VII)	0,00	0,00	0,00
Receita de Contribuições dos Segurados	0,00	0,00	0,00
Civil	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00
Receita de Contribuições Patronais	0,00	0,00	0,00
Civil	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00



Instituto de Previdência de Itapissuma

ESTADO DE PERNAMBUCO
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
Demonstrativo VI - Avaliação da Situação Financeira e Atuarial do Regime Próprio de Previdência dos Servidores
2021

AMF - Tabela 6 (LRF, art. 4º, §2º, inciso IV, alínea "a")

(R\$)

RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES			
	2017	2018	2019
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviço	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL (VIII)	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS (IX) = (VII + VIII)	0,00	0,00	0,00

DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS			
	2017	2018	2019
Benefícios - Civil	0,00	0,00	0,00
Aposentadorias	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RPPS para o RGPS	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS (X)	0,00	0,00	0,00
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (XI) = (IX - X)	0,00	0,00	0,00



Instituto de Previdência de Itapissuma

ESTADO DE PERNAMBUCO
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
Demonstrativo VI - Avaliação da Situação Financeira e Atuarial do Regime Próprio de Previdência dos Servidores
2021

AMF - Tabela 6 (LRF, art. 4º, §2º, inciso IV, alínea "a")

(R\$)

RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIARIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

	2017	2018	2019
APORTES DE RECURSOS PARA O PLANO FINANCEIRO DO RPPS			
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras	0,00	0,00	0,00
Recursos para Formação de Reserva	0,00	0,00	0,00

	2017	2018	2019
APORTES DE RECURSOS PARA O PLANO FINANCEIRO DO RPPS			
Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00
TOTAL RECEITAS DA ADMINISTRAÇÃO RPPS (XII)	0,00	0,00	0,00

	2017	2018	2019
APORTES DE RECURSOS PARA O PLANO FINANCEIRO DO RPPS			
Despesas Correntes XIII	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital (XIV)	0,00	0,00	0,00
TOTAL DESPESAS DA ADMINISTRAÇÃO RPPS (XV) = (XIII - XIV)	0,00	0,00	0,00
RESULTADO DA ADMINISTRAÇÃO RPPS (XVI) = (XII - XV)	0,00	0,00	0,00



Instituto de Previdência de Itapissuma

ESTADO DE PERNAMBUCO

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

Demonstrativo VI.a - Projeção Atuarial do Regime Próprio de Previdência dos Servidores

2021

AMF - Tabela 7 (LRF, art. 4º, §2º, inciso IV, alínea a)

PLANO PREVIDENCIÁRIO					(R\$)
EXERCÍCIO	RECEITA PREVID.	DESPESAS PREVID.	RESULTADO PREVID.	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = ("d" exerc. Anterior) + (c)	
	Valor (a)	Valor (b)	Valor (c) = (a-b)		
2019				16.050.766,00	
2020	5.565.756,10	10.060.081,85	-4.494.325,75	11.556.440,25	
2021	5.482.825,22	10.633.717,82	-5.150.892,60	6.405.547,65	
2022	5.390.527,33	11.246.672,22	-5.856.144,89	549.402,76	
2023	5.230.345,86	12.203.989,02	-6.973.643,16	-6.424.240,40	
2024	5.090.032,82	13.021.522,53	-7.931.489,71	-14.355.730,11	
2025	4.976.704,22	13.676.129,43	-8.699.425,21	-23.055.155,32	
2026	4.689.726,39	15.194.431,50	-10.504.705,11	-33.559.860,43	
2027	4.538.995,41	15.968.775,99	-11.429.780,58	-44.989.641,01	
2028	4.420.499,62	16.547.395,38	-12.126.895,76	-57.116.536,77	
2029	4.321.568,04	16.984.033,58	-12.662.465,54	-69.779.002,31	
2030	4.217.717,71	17.430.109,71	-13.212.392,00	-82.991.394,31	
2031	4.004.302,78	18.397.920,36	-14.393.617,58	-97.385.011,89	
2032	3.884.638,85	18.832.361,07	-14.947.722,22	-112.332.734,11	
2033	3.797.971,64	19.063.923,24	-15.265.951,60	-127.598.685,71	
2034	3.735.308,62	19.141.059,52	-15.405.750,90	-143.004.436,61	
2035	3.667.502,79	19.211.366,80	-15.543.864,01	-158.548.300,62	
2036	3.580.738,89	19.349.048,22	-15.768.309,33	-174.316.609,95	
2037	3.480.185,81	19.493.964,37	-16.013.778,56	-190.330.388,51	
2038	3.366.185,76	19.669.764,54	-16.303.578,78	-206.633.967,29	
2039	3.271.036,18	19.687.841,60	-16.416.805,42	-223.050.772,71	
2040	3.189.271,16	19.604.313,94	-16.415.042,78	-239.465.815,49	
2041	2.937.594,92	20.242.586,80	-17.304.991,88	-256.770.807,37	
2042	2.838.766,88	20.143.793,84	-17.305.026,96	-274.075.834,33	
2043	2.715.129,63	20.115.369,16	-17.400.239,53	-291.476.073,86	
2044	2.651.992,55	19.767.800,58	-17.115.808,03	-308.591.881,89	
2045	2.567.370,73	19.470.649,55	-16.903.278,82	-325.495.160,71	
2046	2.426.940,19	19.369.664,51	-16.942.724,32	-342.437.885,03	
2047	2.243.117,81	19.409.345,49	-17.166.227,68	-359.604.112,71	
2048	2.140.495,70	19.050.749,87	-16.910.254,17	-376.514.366,88	
2049	2.054.702,99	18.576.509,75	-16.521.806,76	-393.036.173,64	
2050	1.957.082,95	18.113.746,78	-16.156.663,83	-409.192.837,47	
2051	1.859.385,42	17.616.019,31	-15.756.633,89	-424.949.471,36	
2052	1.761.299,67	17.086.135,31	-15.324.835,64	-440.274.307,00	
2053	1.668.228,74	16.503.120,79	-14.834.892,05	-455.109.199,05	
2054	1.589.647,16	15.829.535,54	-14.239.888,38	-469.349.087,43	
2055	1.517.196,79	15.105.530,13	-13.588.333,34	-482.937.420,77	
2056	1.443.340,44	14.367.565,69	-12.924.225,25	-495.861.646,02	
2057	1.363.809,26	13.638.092,62	-12.274.283,36	-508.135.929,38	
2058	1.288.231,52	12.882.315,19	-11.594.083,67	-519.730.013,05	
2059	1.212.335,30	12.123.352,99	-10.911.017,69	-530.641.030,74	
2060	1.136.561,48	11.365.614,79	-10.229.053,31	-540.870.084,05	
2061	1.061.375,48	10.613.754,76	-9.552.379,28	-550.422.463,33	
2062	987.231,14	9.872.311,37	-8.885.080,23	-559.307.543,56	
2063	914.554,79	9.145.547,92	-8.230.993,13	-567.538.536,69	
2064	843.738,49	8.437.384,85	-7.593.646,36	-575.132.183,05	
2065	775.107,70	7.751.076,98	-6.975.969,28	-582.108.152,33	



Instituto de Previdência de Itapissuma

ESTADO DE PERNAMBUCO

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

Demonstrativo VI.a - Projeção Atuarial do Regime Próprio de Previdência dos Servidores
2021

AMF - Tabela 7 (LRF, art. 4º, §2º, inciso IV, alínea a)

PLANO PREVIDENCIÁRIO				(R\$)
EXERCÍCIO	RECEITA PREVID.	DESPESAS PREVID.	RESULTADO PREVID.	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = ("d" exerc. Anterior) + (c)
	Valor (a)	Valor (b)	Valor (c) = (a-b)	
2066	708.956,51	7.089.565,13	-6.380.608,62	-588.488.760,95
2067	645.638,72	6.456.387,21	-5.810.748,49	-594.299.509,44
2068	585.491,94	5.854.919,36	-5.269.427,42	-599.568.936,86
2069	528.810,27	5.288.102,73	-4.759.292,46	-604.328.229,32
2070	475.799,89	4.757.998,89	-4.282.199,00	-608.610.428,32
2071	426.546,47	4.265.464,73	-3.838.918,26	-612.449.346,58
2072	381.059,86	3.810.598,64	-3.429.538,78	-615.878.885,36
2073	339.352,07	3.393.520,67	-3.054.168,60	-618.933.053,96
2074	301.353,55	3.013.535,47	-2.712.181,92	-621.645.235,88
2075	266.902,94	2.669.029,42	-2.402.126,48	-624.047.362,36
2076	235.704,65	2.357.046,47	-2.121.341,82	-626.168.704,18
2077	207.386,45	2.073.864,53	-1.866.478,08	-628.035.182,26
2078	181.536,95	1.815.369,51	-1.633.832,56	-629.669.014,82
2079	157.787,61	1.577.876,11	-1.420.088,50	-631.089.103,32
2080	135.857,09	1.358.570,93	-1.222.713,84	-632.311.817,16
2081	115.613,40	1.156.134,01	-1.040.520,61	-633.352.337,77
2082	97.066,62	970.666,16	-873.599,54	-634.225.937,31
2083	80.279,24	802.792,43	-722.513,19	-634.948.450,50
2084	65.329,42	653.294,25	-587.964,83	-635.536.415,33
2085	52.252,34	522.523,37	-470.271,03	-636.006.686,36
2086	41.052,22	410.522,22	-369.470,00	-636.376.156,36
2087	31.675,96	316.759,62	-285.083,66	-636.661.240,02
2088	24.008,85	240.088,48	-216.079,63	-636.877.319,65
2089	17.912,63	179.126,29	-161.213,66	-637.038.533,31
2090	13.227,63	132.276,31	-119.048,68	-637.157.581,99
2091	9.769,88	97.698,77	-87.928,89	-637.245.510,88
2092	7.288,68	72.886,81	-65.598,13	-637.311.109,01
2093	5.507,31	55.073,14	-49.565,83	-637.360.674,84
2094	4.212,45	42.124,55	-37.912,10	-637.398.586,94

Notas:

NOTAS:

- 1 - As alíquotas de contribuição consideradas foram de 14,00% para os servidores ativos e de 15,00% para o Ente.
- 2 - Nas despesas previdenciárias não estão incluídos os benefícios de auxílios.
- 3 - Nos fluxos de receitas e despesas não está considerada a hipótese de crescimento por produtividade.
- 4 - As contribuições dos servidores inativos e pensionistas foram consideradas de 14% sobre a parcela

PLANO FINANCEIRO				
EXERCÍCIO	RECEITA PREVID.	DESPESAS PREVID.	RESULTADO PREVID.	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = ("d" exerc. Anterior) + (c)
	Valor (a)	Valor (b)	Valor (c) = (a-b)	
2019				0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00

Notas:

O município de Itapissuma não possui segregação de massas.

Itapissuma-PE, 05 de Agosto de 2020


José Tenório Bezerra Filho
Prefeito



Prefeitura Municipal de Itapissuma

ESTADO DE PERNAMBUCO
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS

Demonstrativo VII - Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita
2021

(R\$)

AMF - Tabela 8 (LRF, art. 4º, §2º, inciso V)

Tributo	Modalidade	SETOR / PROGRAMA / BENEFICIÁRIO	RENÚNCIA DE RECEITA PREVISTA			COMPENSAÇÃO
			2021	2022	2023	
			0,00	0,00	0,00	
TOTAL			0,00	0,00	0,00	

Itapissuma-PE, 05 de Agosto de 2020


José Tenório Bezerra Filho
Prefeito



Município de Itapissuma - Consolidado

ESTADO DE PERNAMBUCO

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

Demonstrativo VIII - Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de

Caráter Continuado

2021

AMF - Tabela 9 (LRF, art. 4º, §2º, inciso V)

(R\$)

EVENTOS	2021
Aumento Permanente da Receita	0,00
(-) Transferências Constitucionais	0,00
(-) Transferências ao FUNDEB	0,00
Saldo Final do Aumento Permanente de Receita (I)	0,00
Redução Permanente de Despesas (II)	0,00
Margem Bruta (III) = (I + II)	0,00
Saldo Utilizado da Margem Bruta (IV)	0,00
Novas DOCC	0,00
Novas DOCC Geradas Pelas PPP	0,00
Margem Líquida de Expansão de DOCC (V)=(III - IV)	0,00

Itapissuma-PE, 05 de Agosto de 2020


José Tenório Bezerra Filho
Prefeito



Município de Itapissuma - Consolidado

ESTADO DE PERNAMBUCO
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS

Demonstrativo V - Origem e Aplicação dos Recursos Obtidos com a Alienação de Ativos
2021

(R\$)

AMF - Tabela 5 (LRF, art. 4º, §2º, inciso III)

RECEITAS REALIZADAS	2019 (a)	2018 (b)	2017 (c)
RECEITA DE CAPITAL			
Receita de Alienação de Ativos			
Alienação de Bens Móveis	3.970,36	0,00	0,00
Alienação de Bens Imóveis	0,00	0,00	0,00
TOTAL	3.970,36	0,00	0,00

DESPESAS REALIZADAS	2019 (d)	2018 (e)	2017 (f)
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS			
DESPESAS DE CAPITAL			
Investimentos	0,00	0,00	0,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CORRENTES DOS REGIMES PREVIDENCIÁRIOS			
Regime Geral de Previdência Social	0,00	0,00	0,00
Regimes Próprios dos Servidores Públicos	0,00	0,00	0,00
TOTAL	0,00	0,00	0,00

SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (III) = (I - II)	(g)=((Ia-IId)+IIIf)	(h)=((Ib-Ile)+IIIf)	(i)=(Ic - IIIf)
	3.970,36	0,00	0,00

Itapissuma-PE, 05 de Agosto de 2020


José Tenório Bezerra Filho
Prefeito

Prefeitura Municipal de Itapissuma

Relação das Receitas

Código	Descrição	Grau	
1.0.0.0.00.0.0	RECEITAS CORRENTES	1	S
1.1.0.0.00.0.0	IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	2	A
1.2.0.0.00.0.0	CONTRIBUIÇÕES	2	A
1.3.0.0.00.0.0	RECEITA PATRIMONIAL	2	A
1.4.0.0.00.0.0	RECEITA AGROPECUÁRIA	2	A
1.5.0.0.00.0.0	RECEITA INDUSTRIAL	2	A
1.6.0.0.00.0.0	RECEITA DE SERVIÇOS	2	A
1.7.0.0.00.0.0	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	2	A
1.9.0.0.00.0.0	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	2	A
2.0.0.0.00.0.0	RECEITAS DE CAPITAL	1	S
2.1.0.0.00.0.0	OPERAÇÕES DE CRÉDITO	2	A
2.2.0.0.00.0.0	ALIENAÇÃO DE BENS	2	A
2.3.0.0.00.0.0	AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	2	A
2.4.0.0.00.0.0	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	2	A
2.9.0.0.00.0.0	OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	2	A
7.0.0.0.00.0.0	RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIA	1	S
7.1.0.0.00.0.0	IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIB. MELHORIAS - INTRA	2	A
7.2.0.0.00.0.0	CONTRIBUIÇÕES INTRA-ORÇAMENTÁRIA	2	A
7.3.0.0.00.0.0	PATRIMONIAL INTRA-ORÇAMENTÁRIA	2	A
7.4.0.0.00.0.0	AGROPECUÁRIA INTRA-ORÇAMENTÁRIA	2	A
7.5.0.0.00.0.0	INDUSTRIAL INTRA-ORÇAMENTÁRIA	2	A
7.6.0.0.00.0.0	SERVIÇOS INTRA-ORÇAMENTÁRIA	2	A
7.9.0.0.00.0.0	OUTRAS REC.CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIA	2	A
8.0.0.0.00.0.0	RECEITAS DE CAPITAL INTRA-ORÇAMENTÁRIA	1	S
8.1.0.0.00.0.0	OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTRA-ORÇAMENTÁRIA	2	A
8.2.0.0.00.0.0	ALIENAÇÃO DE BENS INTRA-ORÇAMENTÁRIA	2	A
8.3.0.0.00.0.0	AMORTIZ.DE EMPRÉSTIMO INTRA-ORÇAMENTÁRIA	2	A
8.5.0.0.00.0.0	OUTRAS REC.DE CAPITAL INTRA-ORÇAMENTÁRIA	2	A
9.0.0.0.00.0.0	DEDUÇÃO DAS RECEITAS CORRENTES	1	S
9.7.0.0.00.0.0	DEDUÇÕES DA RECEITA DE TRANSF. CORRENTES	2	A